

ABORDAGEM CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NO BRASIL: GRUPOS DE PESQUISA E INICIATIVAS EM UNIVERSIDADES

Ana Carolina de Gouvêa Dantas Motta (USU) - anacarolinadegouvea@gmail.com

Michel Thiollent (PPGA/UNIGRANRIO) - m.thiollent@gmail.com

Resumo:

O presente artigo, foi fruto de uma pesquisa de doutoramento, que teve como questão central conhecer as temáticas desenvolvidas no campo crítico nos estudos organizacionais. O horizonte mais amplo da proposta foi o de alcançar uma exposição das propostas críticas mais significativas da atualidade e, a partir daí, refletir sobre seus principais pressupostos em confronto com outros modelos da tradição do pensamento crítico, que se aproximam da Teoria Crítica, do pós-modernismo, dos enfoques clínicos do trabalho e do Critical Management Studies (CMS). A metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) foi aplicada na análise de entrevistas. A pesquisa evidenciou que o conhecimento produzido por esses grupos tem um caráter libertador e que influencia na transformação de práticas organizacionais, por meio da conscientização dos atores envolvidos sobre as relações de poder nas organizações, contribuindo, mesmo que de maneira ainda muito restrita, para a emancipação do sujeito na sociedade, embora os mecanismos de controle organizacionais não parem de apresentar inovações.

Palavras-chave: *Estudos Organizacionais Críticos; Teoria Crítica da Escola de Frankfurt; Enfoques Clínicos do Trabalho; Pós-Modernidade nas Organizações; Critical Man*

Área temática: *GT-12 Trabalho, Subjetividade e Poder*

1. INTRODUÇÃO

1.1 Objetivo do estudo

A partir de uma extensa pesquisa de doutoramento, que teve como objetivo descrever as atuais temáticas a que se dedicam as correntes mais evidentes de pensamento crítico em estudos organizacionais no Brasil, foi extraída apenas parte da pesquisa de campo realizada na ocasião, no ano de 2012, para fins de realização do presente artigo.

A tese buscou por meio de extensa revisão documental, estabelecer perspectivas acerca de seus objetos de investigação, com base em informações obtidas em levantamento bibliográfico, (este aspecto não será abordado aqui); como também em entrevistas realizadas com integrantes de grupos de pesquisa em atividade em universidades brasileiras. Neste artigo são apresentados aspectos das perspectivas dos grupos que representam as variadas correntes teóricas, e para onde tendem seus interesses nesse campo crítico.

1.2. Justificativa

O tema “estudos organizacionais críticos”, ainda que represente pouco em termos de presença em publicações nos periódicos reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, tem se tornado cada vez mais recorrente entre pesquisadores, de acordo com levantamento feito por Eduardo Davel e Rafael Alcadipani Silveira (2003) no artigo “Estudos críticos em Administração: a produção científica brasileira nos anos 1990” e, posteriormente, complementado por Ana Paula Paes de Paula (2008) no livro *Teoria crítica nas organizações*.

No levantamento realizado por Paula (2008, p. 21), em uma amostra de, aproximadamente, cinco mil artigos da área de Administração, produzidos ao longo das três últimas décadas, apenas cerca de 6% poderiam ser considerados estudos críticos. Mas não é o fato de um determinado tema predominar em publicações que o torna relevante.

Conforme definição apresentada por Thiollent (2013, p. 2), “o conceito de organização – que não se deve fetichizar – é aplicado para designar empresas, como também instituições ou entidades públicas, políticas ou sociais, e pode ser estendido a outros tipos de vida social organizada”. Ainda segundo o autor, os estudos organizacionais abrangem as atividades organizativas “como conjuntos de ações, aplicações de princípios, exercício de poder e demais aspectos como controle, regulação, discriminações, identidade e diferenciação cultural, evolução, inovações, transformações e até destruição” (THIOLLENT, 2013, p. 2).

A dimensão crítica dessa área de conhecimento “não adota *a priori* a normatividade inerente às vigentes relações de poder, nem se conforma aos interesses dos detentores do capital e de seus intermediários” (THIOLLENT, 2013, p. 2).

Em meados do século XX, a crítica às organizações foi inicialmente abordada no Brasil pelos intelectuais Alberto Guerreiro Ramos e Maurício Tragtenberg. No entanto, com a repressão durante o Regime Militar, que perdurou de 1964 a 1985, não havia espaço no país para pensamentos críticos. Com essa lacuna, que culminou inclusive na extinção do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB –, o debate universitário dessa área ficou empobrecido e tornou-se mais propenso a receber e adaptar o *corpus* teórico de pesquisadores estrangeiros.

Também sobressaiu durante esse período uma grande euforia desenvolvimentista nacional, que de certa maneira convergiu para o apagamento da memória do país. Dessa maneira, recrudescer ainda mais a tradição de adoção de obras importadas por técnicos, pesquisadores e intelectuais brasileiros.

A dificuldade dos intelectuais, especificamente na área de Administração, para elaborarem um pensamento próprio e um posicionamento mais crítico diante desses fatos parecia atender às diretrizes da época, como se uma postura crítica viesse a prejudicar os planos desenvolvimentistas da nação e não pudesse ser compatível com a evolução capitalista. Chama a atenção a contradição dessa realidade, até mesmo porque, em países que estão no centro do capitalismo, como Inglaterra e Estados Unidos, o pensamento crítico esteve fortemente presente e tem aumentado nos últimos 30 anos.

Por isso, diante da pouca presença de pensamento crítico na literatura sobre organizações, apesar de haver autores nacionais de ontem e os contemporâneos que constituem um acervo crítico em organizações, espera-se, com este trabalho, estimular mais reflexões, para que se formem administradores mais críticos quanto às formas de gestão contemporâneas e suas contradições e que busquem alternativas mais democráticas.

1.3. Contribuição original

Os debates sobre aspectos filosóficos e, sobretudo, a respeito de práticas organizacionais, desenvolvendo o pensamento crítico em Administração, ainda são, nos dias atuais, um desafio. Essas discussões ficam restritas a poucos cursos de pós-graduação em Administração e causam desconforto diante das concepções prevalentes na área.

O pensamento crítico é cerceado diante da popularização dos ideais gerencialistas, promovidos pela próspera “indústria do *management*”, que, segundo Thomaz Wood Júnior, é formada pelos seguintes pilares: as escolas de Administração, as empresas de consultoria, os gurus de gestão e a mídia de negócios (PAULA, 2012, p. 93).

A indústria do *management* reforça a ideologia que fomenta excessivamente o individualismo, a competição, e que, de acordo com Adorno *apud* Paula, “não conduz à educação, mas à barbárie, pois tal lógica só é benéfica quando utilizada em seu aspecto lúdico, como é o caso do esporte, no qual o desempenho máximo busca ser balanceado pelo *fair play* (PAULA, 2012, p.95).

Não obstante, a maioria dos universitários, de cursos de Administração ou de áreas afins, nunca ouviu falar ou teve contato com autores com abordagens críticas acerca do campo organizacional.

1.4. Metodologia

Segundo Thiollent (2013, p. 10), os estudos organizacionais têm como característica a diversidade em termos teóricos e conceituais e também quanto às abordagens metodológicas. Nesse campo de conhecimento, segundo o autor, são preponderantes as pesquisas de caráter qualitativo, assemelhando-se mais aos estudos humanísticos do que aqueles oriundos das ciências exatas ou da natureza.

Em face aos objetivos propostos, foi utilizado o método de investigação qualitativo. Para a coleta de dados, na tese, foram adotadas a pesquisa bibliográfica, para se descrever as temáticas que predominam atualmente em publicações com abordagens críticas, em estudos organizacionais no Brasil, parte omitida neste trabalho pelos motivos previamente expostos. A pesquisa original apresentada na tese também contou com

entrevista semiestruturada, com base em roteiro previamente elaborado, para se vislumbrar as perspectivas possíveis de seus objetos de pesquisas.

Foram utilizados apenas dois filtros nas consultas à base CNPq. Na grande área, selecionou-se “Ciências Sociais Aplicadas”, e na área predominante, “Administração”. Com base em palavras-chave, foram definidos sete grupos (listados na seção que trata da pesquisa de campo) de pesquisa da área de Administração, dedicados atualmente às correntes de pensamento crítico em estudos organizacionais no Brasil.

As entrevistas foram realizadas com oito membros oriundos de apenas de seis grupos.

Para o tratamento dos dados da pesquisa de campo, foram realizadas transcrições das entrevistas, e foi adotado, especificamente para essa fase, o método analítico do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), de Lefèvre e Lefèvre (2005).

A pesquisa pretendeu de algum modo recuperar o sentido positivo e progressivo do estudo, entendido não como coleta de noções, mas como elaboração crítica de uma experiência, aquisição de uma capacidade (útil para o futuro) de identificar os problemas, mas encará-los com método e expô-los segundo certas técnicas de comunicação (ECO, 2010, p. XIV).

Enfim, esta pesquisa buscou enfatizar as reflexões obtidas por meio dos depoimentos por representarem, de alguma forma, o pensamento crítico de membros dos grupos de pesquisa dedicados aos estudos organizacionais críticos.

2. AS CORRENTES DE PENSAMENTO CRÍTICO NO MUNDO

A seguir serão apresentadas brevemente as correntes de pensamento crítico de autores estrangeiros usualmente adotadas para embasamento de trabalhos realizados por pesquisadores que atuam no Brasil.

2.1. A Teoria Crítica

A Teoria Crítica surgiu em 1923, quando diversos intelectuais com formações distintas se reuniram em Frankfurt com o objetivo de criticar os rumos daquele tempo. Então, foi criado o Instituto para a Pesquisa Social. Entre os autores que fizeram parte desse círculo estão: Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, Leo Lowenthal, Franz Neumann, Erich Fromm, Otto Kirchheimer, Friedrich Pollock e Karl Wittfogel (MATOS, 2005, p. 7).

Esses pensadores exprimiam o sentimento de desilusão de parte da sociedade em relação às transformações pelas quais o mundo passava, a descrença em relação às conquistas dos movimentos revolucionários e o anseio por autonomia e independência do pensamento (MATOS, 2005, p. 7). Matos (2005, p. 7) aponta como os principais fatos que marcaram as preocupações dos intelectuais da Teoria Crítica: “a ascensão do nazismo, a Segunda Guerra, o ‘milagre econômico’ no pós-guerra e o stalinismo” (MATOS, 2005, p. 7).

A obra marxista era o principal referencial dos pensadores da primeira geração da Escola de Frankfurt, o que não os furtava de dirigir críticas a determinados marxismos, abrangendo: “os mecanicistas, os naturalistas, as versões fisicalistas da história elaborada pelos leninistas e outros” (FARIA, 2009, p. 26). As análises de fundamento marxistas desses pensadores incluíam a dialética de Hegel e referências a Freud e Weber. Tais diálogos possibilitaram abertura das análises para áreas “da estética, da cultura, do

conhecimento, da linguística, da psicologia social e das organizações” (FARIA, 2009, p. 26).

Os membros do Instituto constataram, no entanto, que a corrente de pensamento marxista, que tinha certa unidade, passou a ter sua compreensão fragmentada, devido a tantos desdobramentos. Então, propuseram-se a apresentar um modelo marxista alternativo às interpretações que dividiam o marxismo. A principal divergência era quanto à via para se chegar ao poder: se pela reforma ou pela revolução (FARIA, 2009, p. 26).

A segunda geração da Escola de Frankfurt está mais vinculada ao pensamento de Jürgen Habermas, sucessor de Adorno e seu crítico mais contundente. Habermas critica obra *Dialética do esclarecimento*, de Horkheimer e Adorno, que tinha por objetivo investigar “a razão humana e as formas sociais da racionalidade, concluindo dessa investigação que a razão instrumental consistia na forma estruturante e única da racionalidade social no capitalismo administrado” (NOBRE, 2003, p. 9). Horkheimer e Adorno criticam a realidade social estabelecida sob o jugo da racionalidade técnica, que se molda facilmente para atender às demandas de uma realidade marcada pela dominação, alimentando uma atitude conformista (NOBRE, 2003, p. 9).

Infere-se a partir dessa definição que o processo de esclarecimento conduz a sua própria autodestruição, caracterizando assim um impasse paradoxal. O ato crítico confronta-se em uma aporia: “se a razão instrumental é a forma única de racionalidade no capitalismo administrado, bloqueando qualquer possibilidade real de emancipação, em nome do que é possível criticar a racionalidade instrumental?”. Horkheimer e Adorno justificam essa aporia, alegando que, no capitalismo administrado, a condição para o exercício da crítica se tornou assaz precária (NOBRE, 2003, p. 11).

Habermas considerava temerária, no entanto, a elaboração de uma crítica fundamentada em uma aporia. A fim de contrapor essa compreensão de Horkheimer e Adorno, Habermas conceituou dois novos tipos de racionalidade com base em concepções diferenciadas da razão humana: “a instrumental e a comunicativa, imanentes a duas formas de ação humana”. A ação instrumental consiste naquela orientada por metas a serem alcançadas, própria do ambiente de trabalho, caracterizada por ações voltadas “à dominação da natureza e à organização da sociedade que visam à produção das condições materiais da vida e que permitem a coordenação das ações, isto é, possibilitam a reprodução material da sociedade” (NOBRE, 2003, p. 12). A racionalidade da ação de tipo comunicativo, por sua vez, orienta-se pelo entendimento, que permite a reprodução simbólica da sociedade. A racionalidade comunicativa ressalta a formação da capacidade interativa como aprendizado da razão comunicacional:

[...] a forma social própria da modernidade é aquela em que a orientação da ação para o entendimento encontra-se presente no próprio processo de reprodução cultural que permite a continuidade de interpretações do mundo, nas próprias instituições em que o indivíduo é socializado, nos processos de aprendizado e de constituição da personalidade (NOBRE, 2003, p. 12).

O sucessor de Habermas foi Axel Honneth, constituindo-se o que se denomina como a terceira geração da Escola de Frankfurt. Honneth identifica um “déficit sociológico” na Teoria Crítica, considerando, portanto, que desde o trabalho inaugural de Horkheimer prevalece um entendimento acerca da sociedade que se fundamenta “entre estruturas econômicas determinantes e imperativas e a socialização do indivíduo, sem

levar em consideração a ação social, como mediador necessário” (HONNETH, 2009, p. 23).

Segundo o autor, a centralidade da Teoria Crítica é o conflito social, cuja base de interação é o conflito, e sua gramática composta pelas leis que a regem, a luta por reconhecimento. O alemão desenvolve os fundamentos de uma teoria social de teor normativo, partindo de um modelo conceitual hegeliano de uma “luta por reconhecimento” (HONNETH, 2009, p. 24).

Honneth recorre ao jovem Hegel para embasar sua teoria desenvolvida acerca da “gramática moral dos conflitos sociais”, cuja base reside na ideia de que o florescimento humano – e a autorrealização pessoal – depende da existência de relações éticas bem estabelecidas (HONNETH, 2009, p. 25). O jovem Hegel entendia que “as reivindicações individuais por reconhecimento intersubjetivo da identidade constituem-se na vida social desde a sua origem como uma tensão moral e como força estruturante do desenvolvimento moral da sociedade” (VENTURA, 2011, p. 159).

Assim, Honneth se propõe a associar uma inflexão empírica à ideia hegeliana. A partir da psicologia social de George Herbert Mead, estabelece os padrões de reconhecimento intersubjetivo: “o amor (que gera autoconfiança), o direito (autorrespeito) e a solidariedade (autoestima)” (HONNETH, 2009, p. 26).

Ao focalizar os conflitos que se originam de uma experiência de desrespeito social, o autor delineia a ideia de uma teoria crítica da sociedade na qual os processos de mudança social devem ser explicados tendo em vista as ações que buscam restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las num nível evolutivo superior. As lutas por reconhecimento podem ser vistas como força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais (HONNETH, 2009, p. 26).

As perspectivas introduzidas por sua teoria estão fundamentadas em três eixos: (i) na investigação histórica dos rudimentos para um modelo analítico de conflito; (ii) na consideração da lógica moral dos conflitos sociais; e, enfim, (iii) no esboço do conceito de eticidade próprio da teoria do reconhecimento (HONNETH, 2009, p. 23).

Nem sempre os pressupostos epistemológicos e metodológicos da Teoria Crítica são adequadamente fundamentados em textos na área de estudos organizacionais, se assemelhariam, assim, a uma crítica teórica ou a uma abordagem crítica dirigida à teoria das organizações. Por isso, a necessidade de se delimitar o alcance desta teoria nos estudos organizacionais. Horkheimer ressalta que a Teoria Crítica deve mostrar dialética e criticamente as contradições da sociedade capitalista. Adorno acresce a necessidade de se enfrentar as imagens deformadas da realidade que naturalizam a servidão ao poder, ocultando a realidade desordenada do capitalismo (FARIA, 2009, p. 27).

Cabe aos estudos atuais sobre as organizações, portanto, investigar além das questões pertinentes às racionalidades instrumentais, estratégias, comportamentos e política; mas compreender o mundo do poder e as formas de controle exercidas pelas organizações e suas finalidades. Segundo Faria: “é isto que pode conferir qualidade à teoria, criar condições de análise e promover intervenções políticas em ambientes de trabalho preenchidos de competitividade de toda ordem” (FARIA, 2009, p. 27).

A Economia Política do Poder, nos estudos das organizações, com base no esquema metodológico e epistemológico crítico e dialético da Teoria Crítica, deve considerar:

[...] as questões que afetam a vida cotidiana dos sujeitos das mais variadas formas e que valorizem o sujeito coletivo mais do que as organizações em que trabalham, pois de um modo ou de outro, se todos vivem em função das

organizações ou delas dependem, como sugere Etzioni (1974), todos vivem originalmente em sociedade (FARIA, 2009, p. 27).

As organizações, enquanto construções sociais, resultado de um processo histórico, consistem em lugares de mediação entre os interesses dos sujeitos que as integram e os objetivos propostos para os quais foram estabelecidas. Portanto, seria um engano considerá-las “entes abstratos, sujeitos absolutos, entidades plenamente autônomas, unidades totalizadoras e independentes” (FARIA, 2009, p. 27).

As semelhanças entre fascismo e capitalismo surgiram nos estudos dos frankfurtianos, a partir da reflexão acerca do uso da racionalidade para a dominação da natureza para fins lucrativos, que a consideravam a primeira ditadura, a “ditadura da produção” (MATOS, 2005, p. 8).

Viera e Caldas (2007, p. 294) reconhecem a atualidade das bases críticas de Marx para se ter um entendimento mais amplo desse momento de exacerbação extraordinária do capitalismo. No entanto, discordam da visão de que a condição para se fazer teoria crítica é somente pela continuação do trabalho de Marx (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 294).

Segundo Viera e Caldas (2007, p. 296), a utilização da Teoria Crítica, na Administração, surgiu na área de estudos organizacionais, por escolas de pensamento que questionavam o *mainstream* funcionalista. De acordo com os autores, no Brasil esses pesquisadores conseguiram consolidar essa abordagem teórica, enquanto no mundo anglo-saxão os teóricos críticos se reuniram sob a denominação CMS, ou, em português, Estudos Críticos em Administração (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295-296). Segundo os autores, a referida resistência de teóricos críticos estrangeiros à Teoria Crítica, em estudos organizacionais, pode ser explicada pela presença hegemônica das abordagens não positivistas de origem norte-americana nos espaços editoriais e pelo costume de grupos de pesquisa se estruturarem em domínios e, assim, evitarem conflitos (VIEIRA e CALDAS, 2007, p. 295-296).

2.2. Pós-Modernismo

Em sua obra considerada seminal, *A condição pós-moderna*, originalmente publicada em 1979, Lyotard teve como objeto de estudo “a posição do saber nas sociedades mais desenvolvidas”. O pós-moderno é entendido como “o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”. Em sua obra, Lyotard situa essas transformações em relação à crise dos relatos (LYOTARD, 2011, p. XV).

Lyotard afirma que, “originalmente, a ciência entra em conflito com os relatos”. Do ponto de vista de seus próprios critérios, a maior parte deles revelam-se fábulas. Mas, na medida em que não se limite a enunciar regularidades úteis e que busque o verdadeiro, deve legitimar suas regras do jogo. Assim, exerce sobre seu próprio estatuto um discurso de legitimação, chamado filosofia. Quando esse metadiscorso recorre explicitamente a algum grande relato, como a dialética do espírito, a hermenêutica do sentido, a emancipação do sujeito racional ou trabalhador, o desenvolvimento da riqueza, decide-se chamar “moderna” a ciência que a isso se refere para se legitimar (LYOTARD, 2011, p. XV).

2.3. *Critical Management Studies* (CMS)

Segundo Fournier e Grey (2000, p. 171), a partir dos anos 1990 proliferou no meio acadêmico a associação do termo crítica à gestão. A expressão *Critical Management Studies* foi inicialmente utilizada como título de uma coleção, organizada por Alvesson e Willmott, que reuniu estudos, conferências, pesquisas e publicações acerca de críticas ao gerencialismo (FOURNIER e GREY, 2000, p. 171).

O pluralismo teórico do CMS abrange: “o neo-marxismo (*Labour Process Theory*, a Teoria Crítica, o conceito da hegemonia por Gramsci), o pós-estruturalismo, o desconstrucionismo, a crítica literária, o feminismo, a psicanálise, os estudos culturais, o ambientalismo” (FOURNIER e GREY, 2000, p.179). Mais recentemente, surgiram os enfoques pós-colonialista e a Teoria *Queer*. Em decorrência da falta de unidade na conceituação de crítica na perspectiva do CMS, não seria incomum constatar que pesquisadores identificados com o CMS rejeitassem esse rótulo (FOURNIER e GREY, 2000).

Para ilustrar a diversidade e a divergência conceitual que estão subjacentes à adoção do termo crítica, Fournier e Grey (2000, p. 179) mencionam que há pesquisadores que aceitam o termo apenas em trabalhos baseados na Teoria Crítica, da Escola de Frankfurt. Por sua vez, há o entendimento, de maneira pejorativa, que os estudos críticos correspondem à análise pós-moderna (FOURNIER e GREY, 2000, p. 179).

Diante do pluralismo do CMS, a fim de se estabelecer as fronteiras entre trabalhos críticos e não críticos, os autores propõem que sejam observadas as questões acerca da performance, desnaturalização e reflexividade (FOURNIER e GREY, 2000, p. 180).

No estudo não crítico da gestão, a performance é o imperativo que orienta a prática, sem a necessidade de questionamento, por exemplo: “o objetivo é contribuir para a eficácia da prática gerencial, ou para construir um modelo melhor [...]. A gestão é vista de maneira determinista, como um dado a ser alcançado, e não é questionado, exceto na medida em que isso contribua para a sua maior eficácia” (FOURNIER e GREY, 2000, p. 180).

No Brasil, houve uma extensa discussão acerca da adesão ao CMS por parte de pesquisadores da área de Administração. Misoczky e Amantino-de-Andrade iniciaram o debate no artigo “Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais”. Nesse trabalho, as pesquisadoras expressam seu desconforto em relação à aceitação, de modo acríptico no Brasil, de tendências difundidas pelos países centrais, desprezando a tradição crítica nacional. Para Misoczky, o CMS busca se distanciar do positivismo que predomina nos estudos organizacionais no Reino Unido, sem, no entanto, um projeto político voltado para a emancipação do sujeito (MISOCZKY e AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 193).

No entanto, reconhecem que o positivismo também prevalece nos estudos organizacionais no Brasil, onde são escassas as abordagens críticas, às vezes, compreendidas de maneira pejorativa na academia. Lembram, ainda, a relevância do posicionamento dos críticos das organizações no Brasil, Maurício Tragtenberg, Alberto Guerreiro Ramos e Fernando Prestes Motta: “denunciaram, sistematicamente, como o referencial positivista serve, em termos práticos, para a criação de ‘harmonias administrativas’ e para o exercício da dominação em inúmeros espaços da vida” (MISOCZKY e AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 193).

Em seu estudo, as pesquisadoras defendem a necessidade de se criticar a teoria dominante, oferecendo, concomitantemente, fundamentos para a emancipação e a transformação, circunscritos a um contexto histórico, político e social. E expressam dúvidas quanto à viabilidade de se utilizar referências dos países centrais, no contexto

latino-americano, de modo acrítico, com vistas a nossa emancipação (MISOCZKY e AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p. 193).

O debate proposto no artigo “Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais” parte da perspectiva da realidade de um país periférico, o Brasil, no caso, e do entendimento de que “o capitalismo não é uma fatalidade, mas uma construção histórica e humana e que, portanto, não é natural, nem eterno” (MISOCZKY e AMANTINO-DE-ANDRADE, 2005, p.194).

2.4. Enfoques Clínicos do Trabalho

Os pesquisadores envolvidos com a clínica do trabalho não se restringem apenas a narrar os percalços do ambiente de trabalho, mas prover análises capazes de dar embasamento suficiente àqueles que pretendem levar transformações às situações de trabalho. Por isso, o empenho na atividade de pesquisa coletiva e continuada ao longo do tempo, a fim de se acumular a experiência, elaborá-la e transmiti-la, de modo a defender o trabalho contra a sua desconstrução e descaracterização que têm se alastrado nas organizações (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, prefácio).

A clínica do trabalho é uma atividade científica coletiva e aberta, que recebe contribuições de áreas como a psicodinâmica do trabalho, a psicopatologia do trabalho, a clínica médica do trabalho e a ergonomia de origem francófona, sem que haja monopólio de nenhuma corrente teórica. Ives Clot, pesquisador, professor e psicólogo do trabalho, explica que, para não se trapacear o real, como afirma, estimula-se a constante autocrítica dos limites e controvérsias teóricas das pesquisas, por meio de diálogos autênticos entre os pesquisadores. Cabe, portanto, aos envolvidos promover o inventário de questões não resolvidas, ou inconclusivas, que requerem esforços dirigidos no âmbito da clínica do trabalho (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, prefácio).

A definição de “clínicas do trabalho”, segundo Clot e Leplat *apud* Bendassolli e Soboll, corrobora e sintetiza as ideias apresentadas no prefácio do livro e compreende:

[...] um conjunto de teorias que têm como foco de estudo a relação entre trabalho e subjetividade. Apresentando uma diversidade epistemológica, teórica e metodológica, o objeto comum dessas teorias é a situação do trabalho, que, em síntese, compreende a relação entre o sujeito, de um lado, e o trabalho e o meio, de outro (BENDASSOLLI e SOBOLL, 2011, p. 3).

Embora a gestão empresarial seja amplamente considerada como um meio racional e objetivo de conduzir com eficiência as organizações, há de se considerar as relações de poder que estão contidas em suas normas e regras, além da orientação capitalista que incide sobre sua ideologia, atualmente influenciada pela abstração e desterritorialização do capital.

Essas mudanças têm trazido sérias consequências para o ambiente do trabalho. No entanto, não há mobilização por parte da sociedade, mesmo diante de tantas injustiças e tanto sofrimento padecido nas organizações. A falta de mobilização da sociedade decorre, segundo a visão de Dejours, da intimidação da força da organização do capital mundo afora, que forçou a flexibilização das relações de trabalho e oprime, por meio de técnicas gestionárias, o trabalhador de diversas maneiras, abrangendo aspectos relacionados à sua competência, passando por mentiras institucionais até a pressão do “mercado”, como um modo de subjugar-lo.

3. PESQUISA DE CAMPO

3.1. Procedimentos Utilizados

Assim sendo são apresentadas informações desse corpus que compreende os grupos a serem analisados, sendo que a ordem dos entrevistados por grupo ficou a seguinte:

Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO

Entrevistado: José Henrique de Faria

Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti

Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS

Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula

Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS

Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório

Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora

Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky

Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva

Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades –NETES

Entrevistado: Gelson Silva Junquilha

Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento

Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira

Não foi possível realizar entrevistas com pesquisadores do grupo “Estudos Organizacionais”, coordenado pelo pesquisador Rafael Alcadipani da Silveira, pela ausência de respostas aos contatos realizados por e-mail.

As entrevistas foram todas realizadas pessoalmente, gravadas em meio digital e transcritas para facilitar a identificação dos trechos das falas mais significativas para cada uma das perguntas contidas no roteiro, com exceção para a entrevista com o Prof. Maurício Serva que, a fim de ser viabilizada, foi realizada por e-mail.

O roteiro original de entrevista contém onze questões norteadoras, mas a fim de viabilizar a apresentação desse trabalho, foram selecionadas apenas as primeiras 3 perguntas, voltadas para as atividades dos grupos em si. As demais perguntas serão apresentadas futuramente em outras oportunidades de publicação seja em forma de artigos ou livros.

As perguntas foram as seguintes:

1. Qual é o conceito de crítica adotado pelo grupo?
2. Quais são as questões centrais trabalhadas pelo grupo?
3. Quais são os principais autores e teorias que norteiam seus estudos?

A etapa da análise dos dados obtidos pelas entrevistas teve como objetivo encontrar um sentido para esses dados coletados e mostrar como respondem ao problema de pesquisa proposto. O procedimento de análise escolhido foi o da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) concebida por Lefèvre e Lefèvre.

Lefèvre (2005) afirma que para se conhecer o pensamento de uma comunidade sobre um determinado assunto, é necessário que a pesquisa inicial seja qualitativa, para se ter acesso aos pensamentos e expressões da subjetividade humana que passam pela consciência humana. O autor enfatiza que, apenas por meio de pesquisas qualitativas, de base indutiva, torna-se possível reaver e resgatar os pensamentos produzidos na consciência. Sobre a necessidade do caráter qualitativo na aplicação da pesquisa com este fim, Lefèvre argumenta que: “essas pesquisas devem ser, necessariamente, qualitativas porque tais pesquisas têm justamente como objetivo a geração ou reconstrução de qualidades, como é o caso do pensamento coletivo” (LEFÈVRE, 2005, p.9).

Essas pesquisas procuram respostas para perguntas, tais como: “o que você pensa de tal tema, ou o que você tem a dizer sobre tal assunto”? Com isso, os entrevistados vão gerar um número variado de discursos individuais que formarão a matéria-prima a ser processada a fim de se obter a produção de resultados coletivos (LEFÈVRE, 2005, p.10).

A técnica do Discurso do Sujeito Coletivo concebida pelos autores tem como objetivo preservar a discursividade em todas as etapas da pesquisa, desde a coleta e o tratamento de dados, até a apresentação dos resultados (LEFÈVRE, 2005, p.11).

Quando se trata de uma pesquisa acerca da opinião, das ideias, do pensamento, de algo que as pessoas professam sobre um tema, segundo o autor, “a variável existe de modo apenas virtual precisando ser reconstruída durante ou através do próprio processo de investigação”. Todas essas expressões convergem em discursos individuais (LEFÈVRE, 2005, p.14).

Para conhecer o pensamento de uma coletividade, o DSC propõe uma forma de organização e tabulação de dados qualitativos, obtidos, por exemplo, a partir de depoimentos, cuja análise é feita com base nas ideias centrais ou ancoragens e suas correspondentes expressões-chave, a fim de se compor um ou mais discursos-síntese na primeira pessoa do singular. O sujeito coletivo é a reunião das sínteses de cada um dos discursos individuais, expressando ideias coletivas (LEFÈVRE, 2005, p.15-16). Detalhando o procedimento, tem-se que a partir de discursos em estado bruto, inicia-se o trabalho analítico de composição, que consiste na seleção das principais ancoragens e/ ou ideias centrais identificados em cada um dos discursos individuais. Uma vez reunidos, esses relatos incidirão na reconstituição discursiva de uma determinada representação social (LEFÈVRE, 2005, p.20).

Nesta pesquisa o DSC foi utilizado apenas como critério de classificação, para fazer análise das falas e dos textos; sem, no entanto, proceder à adição discursiva própria do princípio da aditividade do DSC, no qual se produz um discurso coletivo que pareça emitido por uma pessoa.

3.2. As implicações dos estudos críticos na área acadêmica

Para a etapa de análise das entrevistas, as respostas dos entrevistados foram tratadas de acordo com a técnica utilizada para tratamento de dados no DSC, em que são destacadas as ideias e expressões-chave de suas falas, literalmente.

1) QUAL É O CONCEITO DE CRÍTICA ADOTADO PELO GRUPO?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos	O referencial da teoria crítica tal como elaborado por Horkheimer no texto clássico, Teoria Crítica e	"Tenho muita coisa da Escola de Frankfurt, mas rigorosamente a crítica nossa é marxista, [...], então,

<p>Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i></p>	<p>Teoria Tradicional, foi uma inspiração para FARIA iniciar seu trabalho, mas escolheu por adotar primordialmente o referencial marxista. O Entrevistado ressalta a importância de se conservar suas interpretações próprias dessas teorias.</p>	<p>a gente diverge de muitas críticas ao marxismo feitas pela teoria crítica, embora a gente tenha uma vinculação com a teoria crítica, a gente não concorda em totalidade com a teoria crítica [...]".</p>
<p><i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i></p>	<p>Meneghetti afirma ser marxista, não de ideias muitas vezes, mas de compreensão da realidade, por seguir o materialismo histórico. O entrevistado declara não ter uma posição contrária às outras correntes, apesar de ter se tornado senso comum dizer que os pesquisadores da teoria crítica são refratários a outras concepções teóricas. O grupo do qual faz parte prioriza a crítica, sem, no entanto, tornar-se dogmático. Enfatiza que a teoria crítica visa a felicidade do sujeito, por meio da melhora social. O grupo realiza uma crítica, mas sem ser dogmática, sem adotar uma atitude totalitária ou reacionária.</p>	<p>"Eu também acho que na teoria crítica a gente tem de fazer as pessoas mais felizes, porque esse é o sentido da vida, a teoria crítica não precisa ser necessariamente uma coisa pesada para as pessoas, um muro de lamentações, mas um olhar sobre a realidade, que possibilite o sujeito ir além daquilo que vive, então, é encontrar um caminho diferente para ele poder viver melhor".</p>
<p>Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i></p>	<p>Paula pondera que há vários entendimentos acerca de crítica e que não é possível definir o conceito de crítica mais verdadeiro de todos. A entrevistada reconhece a influência de Kant, para quem a crítica consiste na saída da minoridade, a busca pela autonomia do sujeito, que foi a referência para Horkheimer relacionar a crítica à busca da emancipação, por meio da <i>práxis</i>. Há de se considerar também que conceito de crítica adotado por outras vertentes das ciências sociais, como o funcionalismo, que mesmo com cunho determinista, se posicionou criticamente em seu contexto. A tentativa em se agrupar diferentes conceitos de crítica, pode resultar num reducionismo</p>	<p>"Adorno não opõe positivismo à crítica, ele opõe positivismo à dialética. Então, crítica, dialética, emancipação são coisas que vão estar muito vinculadas dentro da perspectiva da escola de Frankfurt". "[...] aquele quadrante do Morgan falando sobre os paradigmas, ele cria estrangulamentos, na minha opinião, que são muito difíceis de serem superados e que tem proporcionado controvérsias que nem sempre são muito instrutivas [...]".</p>

	ao se tentar reunir tantas acepções diversas.	
Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i>	Tenório afirma que sua crítica é dirigida às contradições observadas no interior das organizações e delas com a sociedade, que refletem essencialmente a racionalidade instrumental. O grupo dedica-se essencialmente à análise das contradições.	"Essa é a preocupação nossa, identificar as contradições apresentadas pela estrutura organizacional, pelo processo de tomada de decisão, pela relação que o capital tem com o trabalho, pela relação que a instituição ou a empresa tem com a sociedade e com o mercado. [...] nossa preocupação é mais no sentido de análise das contradições. A crítica vai neste fundamento. E, daí, a questão central para nós é o tema da racionalidade instrumental que é o que permeia todas as instituições."
Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i>	Essencialmente, esse grupo, do qual faz parte a entrevistada, se define como anticapitalista. Bem distante da noção hegemônica que surge a partir de Taylor e Fayol, se interessam pelos "dispositivos organizacionais" empregados no âmbito das lutas sociais, que visam realizar a ação libertadora, por meio de processos e práticas territorializadas e orientadas pela razão estratégica crítica, cujo pensamento crítico é influenciado pelo historiador colombiano, Renan Veja Cantor.	"Nós desenvolvemos estudos sobre movimentos sociais, interessados na organização de lutas anticapitalistas, no sentido mais concreto".
<i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i>	Goulart trabalha com uma ideia de crítica, no sentido, da crítica na ação, a crítica para transformação, para a mudança social, para mudança radical.	"Não é uma crítica pela crítica, nem uma crítica diletante, mas uma crítica que procura ir na raiz, é o que é que aquela crítica pode nos informar como meio de transformação".
Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i>	A abordagem de Junquillo não é da teoria crítica, da Escola de Frankfurt, está mais alinhada ao pensamento do sociólogo francês, Michel de Certeau, que trabalha com as práticas, a fim de dar voz aos atores sociais, observar como no dia-a-dia, por meio de suas ações ordinárias, até mesmo por um gesto inconsciente, sem ter planejado uma ação determinada,	"(...) o que estou preocupado mesmo é em perceber como é que esses atores agem no dia-a-dia, como é a construção dessa vida cotidiana, se isso está errado ou certo, se isso vai chegar à sociedade emancipada ou não, não estou preocupado com isso". "(...) o pesquisador vai a campo, minimamente tem de ter uma abordagem etnográfica, para

		como esses atores sociais estão resistindo ao sistema. As abordagens teóricas dos pesquisadores do grupo são diversas, mas sempre no sentido de se realizar crítica ao sistema dominante.	perceber como são as relações no dia-a-dia das pessoas e como o sujeito consegue escapar da vigilância do sistema".
Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i>		Serva explicou que, em termos gerais, para esse grupo de pesquisa, a crítica é um meio de expressar o contraponto aos processos macro ou microsociais que permitem e efetivam a opressão, em todas as suas manifestações, sobre pessoas e grupos, com destaque para o ambiente social do trabalho.	

Quanto ao conceito de crítica adotado pelo grupo, as respostas dos primeiros entrevistados convergiram declaradamente para o referencial marxista da Teoria Crítica, da Escola de Frankfurt, embora se constate ao longo das entrevistas que esse referencial seja adotado pela maioria dos entrevistados.

Para esses primeiros entrevistados, deve haver o questionamento crítico em relação à própria teoria que usam, para evitar um posicionamento dogmático. Acrescentam que respeitam outros entendimentos e concepções teóricas acerca do que é crítica. Essa é a opinião da maioria dos entrevistados, mas não uma unanimidade entre eles.

Uma entrevistada ponderou que a crítica é pertinente a um contexto, a um tempo que quando observado mais adiante pode perder seu significado mais genuíno.

Outras respostas enfatizaram o propósito da crítica como meio de o sujeito sair do estado de minoridade e alcançar sua emancipação e a de, em última instância, o sujeito alcançar a felicidade. E mais, como um meio de as lutas dos movimentos sociais realizarem a ação libertadora, adotando práticas territorializadas e orientadas pela razão estratégica e crítica, ideia corroborada pela outra citação que considera a crítica no sentido da ação para a mudança.

Outras falas enfatizaram o objeto ao qual a crítica deve se dirigir, a saber: as contradições no interior das organizações onde prevalece a racionalidade instrumental; os processos sociais que geram opressão nas pessoas especialmente no ambiente organizacional e o sistema dominante, que para enfrentá-lo é necessário dar voz aos atores sociais e observar os modos de resistência no dia-a-dia desses atores sociais.

2) QUAIS SÃO AS QUESTÕES CENTRAIS TRABALHADAS PELO GRUPO?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO	<i>Sem resposta</i>	

<i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i>		
<i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i>	A centralidade do grupo é o trabalho, com foco na gestão e nas organizações. Também são abordadas a produção do conhecimento e a epistemologia.	"A centralidade do grupo é estudar o trabalho, especificamente, as formas de controle no trabalho, o trabalho no sistema capitalista de produção, a influência da gestão de uma organização sobre o trabalhador, ou seja, sobre o trabalho que ele exerce".
Grupo 2- Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i>	Paula explica que o grupo de pesquisa NEOS se dedica a três linhas principais: uma epistemológica, outra prática e outra mais voltada ao ensino. O que tem em comum entre essas linhas de pesquisa é o referencial em autores críticos para a discussão e reflexão acerca da realidade em que cada uma das questões pesquisadas se insere. Seus orientandos demonstram predileção por desenvolver pesquisas acerca da condição do sujeito no ambiente de trabalho. Os referenciais fundamentais para desenvolver pesquisas com grupos: a metodologia psicanalítica e a pesquisa-ação.	"Quem está dentro de um posicionamento mais crítico, psicanalítico, está interessado não no padrão, mas nos detalhes, naquilo que escapa, no refugio, nas coisas que as pessoas, em geral, não prestariam atenção [...]que vem de uma perspectiva que é muito da psicanálise, porque é isso o que se faz na escuta, você escuta as pessoas falando coisas padronizadas, você vai ter de cada paciente uma fala padrão e você vai estar interessado nas falhas, porque aí é que você tem acesso ao inconsciente".
Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i>	Considerando o conceito de crítica adotado pelo grupo, para quem a crítica representava essencialmente a análise das contradições nas organizações, bem como as delas em relação à sociedade, Tenório apontou como questão central para o grupo a racionalidade instrumental, uma vez que permeia todas as instituições [...].	"Ao invés da gente fazer aquela leitura do tradicional capital versus trabalho, que é o que você encontra nas referências bibliográficas, a gente inverte esta posição, querendo dar o protagonismo ao trabalho, ao trabalhador. Ou seja, a gênese do ser social numa leitura lukacsiana. Essa leitura [...] está significando que a gente está privilegiando o trabalho e não o capital. [...]. A outra leitura é ao invés de estado versus sociedade, usar sociedade versus estado, privilegiando a sociedade na relação com o estado, mas com o foco em cidadania deliberativa".
Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora	<i>Sem resposta</i>	

<p><i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i></p>		
<p><i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i></p>	<p>Goulart cita o tema desenvolvimento, mas começando pelo questionamento do próprio conceito de desenvolvimento, cunhado no âmago do sistema capitalista.</p> <p>O termo desenvolvimento é usado, por falta de um outro que não seja oriundo do capitalismo.</p> <p>Dedicam-se a conhecer os modos de produção do conhecimento e as concepções em disputa, que é fundamentalmente orientada pelas perguntas: “para quê ou para quem nós produzimos conhecimento? Para que serve o conhecimento que a gente produz?”</p>	<p>"no Brasil, 90% das pesquisas são produzidas na universidade pública, que financia, então, as pesquisas e os pesquisadores, dá bolsa para a gente se formar e tal, depois, este mesmo corpo, nos exige publicação. As publicações mais valorizadas são as publicações nos periódicos internacionais indexadas A1 e A2. Alguns deles já estão cobrando por páginas para publicar, cobrando do autor, por quantidade, não basta ele ser aprovado na cognição, mesmo aprovado, eles ainda cobram um “x” por página lá, para você publicar. Bom, quem paga isso geralmente são as fundações e, tudo mais, né, o próprio governo. Depois eles indexam tudo e publicam e a Capes vai lá e compra a assinatura. Entende? É muito esquisito".</p>
<p>Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquillo</i></p>	<p>Junquillo conta que dentro do seu observatório, a questão central é o cotidiano da gestão escolar.</p> <p>Mas há pesquisadores do Grupo NETES dedicados a questão das relações de gênero [...]. Outra linha trata das relações de trabalho, mas na visão crítica, na abordagem marxista, resgatando aspectos da ergonomia e o associando às relações de trabalho, suas relações de poder.</p> <p>Junquillo prioriza a averiguação de como o sujeito usa a tática para subverter a ordem que o oprime.</p>	<p>“O que interessa para a administração isso: se eu não conheço o mundo oculto da ação desse sujeito, eu não sei como lidar com ele, não poderia gerir uma organização se eu quisesse, mas entender aquilo que está oculto, nas relações cotidianas, então, eu tenho de estar lá com esses atores para entender e perguntar o que está significando [...]”.</p>
<p>Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i></p>	<p>Serva respondeu que as questões centrais trabalhadas pelo grupo são aquelas que norteiam as quatro linhas de pesquisa que são pertinentes ao Núcleo ORD, a saber: Economia social, gestão e desenvolvimento; Epistemologia e sociologia da ciência da administração; Organizações e desenvolvimento territorial</p>	

	sustentável e Racionalidade nas organizações.	
--	---	--

Aparecem como questões mais citadas a epistemologia, a produção do conhecimento, prática e ensino, aqui sendo mencionadas metodologias participativas como pesquisa-ação e pesquisa-intervenção, além do uso de metodologia psicanalítica para se compreender melhor os problemas vivenciados pelos trabalhadores nas organizações. Também consta a sociologia da ciência da administração como tópico de interesse em pesquisas. Em seguida, constam problemas inerentes à gestão, como gestão escolar e as implicações da racionalidade instrumental na gestão. Também foram citadas: a economia social e o desenvolvimento territorial sustentável. Uma entrevistada respondeu que o tema principal que circunda suas pesquisas é o desenvolvimento, mas tecendo várias ponderações sobre as vinculações do conceito tradicional do termo, justificando seu uso por falta de um termo mais adequado.

3) QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS AUTORES E TEORIAS QUE NORTEIAM SEUS ESTUDOS?

GRUPO/ ENTREVISTADO	IDEIAS CENTRAIS	EXPRESSÕES-CHAVE
Grupo 1- Economia Política do Poder em Estudos Organizacionais – EPPEO <i>Entrevistado: José Henrique de Faria</i>	<i>Sem resposta</i>	
<i>Entrevistado: Francis Kanashiro Meneghetti</i>	Meneghetti citou Theodor Adorno, Karl Marx, Sigmund Freud, Maurício Tragtenberg, e José Henrique de Faria. [...], mencionou a importância das obras de Kant. Mas seus interesses vão além das questões do trabalho e são variados, por exemplo, os últimos avanços da física, bem como tem se dedicado a leituras acerca dos campos de concentração e organizações totalitárias. Meneghetti assiste aos programas religiosos na televisão, que tem um sistema de dominação impressionante. Considera que a civilização começa com a barbárie, que ainda não foi superada, por isso, a modernidade não teria se completado.	
Grupo 2- Núcleo de Estudos	Paula enfoca os autores da primeira geração da Escola de	

<p>Organizacionais e Sociedade – NEOS <i>Entrevistada: Ana Paula de Paes Paula</i></p>	<p>Frankfurt, Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin. Ultimamente, com a aproximação com a psicanálise. A entrevistada tem trabalhado com obras de Freud e Lacan e destaca entre os autores críticos nacionais em cujas obras mais estudou: Fernando Prestes Motta, Maurício Tragtenberg e Guerreiro Ramos.</p>	
<p>Grupo 3- Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS <i>Entrevistado: Fernando Guilherme Tenório</i></p>	<p>Tenório relatou que tem utilizado mais esses autores específicos, da primeira geração da Escola de Frankfurt: Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse; já outros autores desta fase não têm sido tão utilizados por ele, como: Walter Benjamin e Eric Fromm. Tenório também recorre aos autores da segunda geração, Habermas e de Claus Offe e da terceira geração, começou a estudar Axel Honneth.</p>	
<p>Grupo 4- Organização e Práxis Libertadora <i>Entrevistada: Maria Ceci Araújo Misoczky</i></p>	<p><i>Sem resposta</i></p>	
<p><i>Entrevistada: Sueli Maria Goulart Silva</i></p>	<p>Goulart declara que, em seu grupo, os pesquisadores têm se aprofundado muito na corrente marxista de pensamento. Particularmente, investe muito no estudo e na crítica de autores brasileiros, começando por Celso Furtado e Milton Santos. Também tem estudado Ruy Mauro Marini, a teoria marxista da Dependência; David Harvey, pela leitura bem interessante que faz do capitalismo, e, entre os autores brasileiros, Álvaro Vieira Pinto. Na apresentação do EnANPAD que havia feito naquela semana, Goulart discutiu a relevância de Manoel Bonfim, um autor do começo do século, 1903 foi</p>	<p>"Eu não sou marxista de formação, eu sou estudiosa, eu estudo, eu, nesse momento, estou estudando o marxismo, porque, para mim, para eu abraçar uma forma de pensar, uma forma de produzir conhecimento, eu tenho de ter aquela visão de mundo, eu ainda não consigo olhar o mundo dialeticamente, a lógica formal ainda meio que predomina na minha forma de pensar, então, eu sou, assim, uma estudiosa crítica, eu tenho um pé na realidade crítica, mas ainda minha forma de olhar para isso ainda é preliminar [...]"</p>

	quando ele escreveu “Males de origem”, o livro que inspirou o Darcy Ribeiro, cujas obras também tem lido. Dos autores latino-americanos contemporâneos, destaca Atílio Boron, que começou a estudar recentemente.	
Grupo 5- Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades – NETES <i>Entrevistado: Gelson Silva Junquilha</i>	Junquilha reafirma sua predileção pela linha cotidianista, de Michel de Certeau, a qual tem encontrado autores mesmo no âmbito da administração convergentes com essa questão de entender as práticas cotidianas. Também se apoia em Michel Foucault e Anthony Giddens, que se dedica à questão de como o sujeito enfrenta a opressão, no entanto, sem pretensão de mudar o mundo. Usa um pouco de Gramsci, mas reconhece que a noção de <i>habitus</i> , de Bourdieu, poderia contribuir com essas questões de pesquisa, embora não o utilize.	"[...] o Anthony Giddens, que de certa maneira está preocupado com o fazer do sujeito, ora reproduzindo, ora subvertendo uma dada ordem, a ideia dele é a teoria da estruturação. O uso do Giddens reforça a ideia de que o ator pode subverter uma determinada ordem, sem necessariamente querer mudar o mundo".
Grupo 6- Organizações, racionalidade e desenvolvimento <i>Entrevistado: Maurício Roque Serva de Oliveira</i>	[...] indicou as obras de Guerreiro Ramos, Jurgen Habermas, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Bruno Latour, Pierre Bourdieu, Hannah Arendt, Edgar Morin, Ignacy Sachs, Benoît Lévesque e do próprio Maurício Serva.	

Não surpreende, considerando a trajetória dos entrevistados, que quase todos citassem os mesmos autores da Escola de Frankfurt, da primeira geração, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin, como também outros autores que se tornaram referência para esses intelectuais, como: Karl Marx, Sigmund Freud e até mesmo Jacques Lacan. Da segunda geração, Habermas e Claus Offe, sendo que Habermas, especificamente, foi mencionado como referência utilizada por dois entrevistados; e, por um terceiro; ao contrário, como um autor meramente revisionista, completamente suprimido da consideração desse grupo, por não o considerar crítico. Da terceira geração foram citados Nancy Fraser e Axel Honneth, atual diretor do Instituto para Pesquisa Social, em Frankfurt. Kant, que influenciou o pensamento de Horkheimer e Adorno, também foi citado.

Também foram mencionados os autores brasileiros precursores da vertente crítica do pensamento brasileiro em administração: Fernando Prestes Motta, Mauricio Tragtenberg e Alberto de Guerreiro Ramos. Dos autores contemporâneos foram citados José Henrique de Faria e Maurício Serva. Além de intelectuais brasileiros de diversas

áreas: Álvaro Vieira Pinto, Ruy Mauro Marini, Manuel Bomfim, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Milton Santos. Dentre autores latino-americanos foram lembrados o sociólogo argentino Afílio Boron e o historiador colombiano Renan Veja Cantor.

Além dos elencados acima, foram apontados: Michel de Foucault, Michel de Certeau, Anthony Giddens, Antonio Gramsci, Luc Boltanski, Laurent Thévenot, Bruno Latour, Pierre Bourdieu, Hannah Arendt, Edgar Morin, Ignacy Sachs, Benoît Lévesque

4. CONCLUSÃO

As abordagens críticas apresentadas, mesmo com diferentes referenciais teóricos, convergem no sentido desenvolver a capacidade do sujeito de tomar suas próprias decisões, a fim de alcançar a sua emancipação pela ação transformadora. Principalmente, as pesquisas fundamentadas na teoria crítica da Escola de Frankfurt, apontam “como as coisas são” diante da perspectiva de “como deveriam ser” para a sociedade, do ponto de vista de examinar as potencialidades latentes em um determinado contexto social e temporal.

Para realizar o potencial emancipador dessas correntes, esse conhecimento precisaria ultrapassar efetivamente os núcleos em que está restrito, nos cursos de pós-graduação. Um ponto de partida seria começar pela reforma curricular dos cursos de graduação em administração, que não incluem referências críticas, não adotam fundamentos que apresentem o pensamento crítico. A proposta seria que reflexões críticas abrangessem, de maneira transversal, as disciplinas que estruturam todo o curso. A formação crítica do administrador, o tornaria mais consciente diante das questões sociais, ambientais e econômicas que sofrem as agruras de suas decisões. Com isso, elevando qualitativamente as implicações das interferências das organizações na sociedade; de modo a promover relações mais dignas, justas e igualitárias entre os sujeitos, concomitantemente minimizando a exploração indiscriminada de recursos naturais.

Para finalizar, são apresentadas elucubrações sobre dois aspectos, como meio de estímulos a pesquisas e a discussões. A primeira se dirige às concepções críticas desenvolvidas no passado em outro contexto: decorrido tanto tempo, como correlacioná-las de maneira coerente com os problemas organizacionais atuais?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. (Org.). **Clínicas do trabalho**: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em Administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. **Revista de Administração de Empresas – RAE**, v. 43, n. 4, out.-dez. 2003.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2010.

FARIA, José Henrique de. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE**, v. 7, n. 3, artigo 8, Rio de Janeiro, set. 2009.

FOURNIER, V.; GREY, C. At the critical moment: conditions and prospects for critical management studies. **Human Relations**, vol. 53, n. 1, p. 7-32, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo : Editora 34, 2009

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educ, 2005.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MATOS, Olgária C.F. **A Escola de Frankfurt**: luzes e sombras do iluminismo. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MISOCZKY, M.C; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 193-211, jan.-mar. 2005.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. [Apresentação]. In: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Estilhaços do real**: o ensino de Administração em uma perspectiva benjaminiana. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008. (Coleção Debates em Administração.)

THIOLLENT, M.J.M. **Estudos organizacionais: possível quadro referencial e interfaces**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, I, 2013, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: [s.n.], 2013.

VENTURA, Tereza. **Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito.** Rev. Sociol. Polit., Curitiba , v. 19, n. 40, Oct. 2011

VIEIRA, Milano Falcão; CALDAS, Miguel. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. In: CALDAS, Miguel; BERTERO, Carlos Osmar (Coord.). **Teoria das organizações.** São Paulo: Atlas, 2007.